



Relatório e Contas | Junho

CA Rendimento

Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações

i m gestão de ativos
sgoic

2025

Índice

Relatório de Gestão	3
Nota Introdutória	4
Síntese da Evolução dos Mercados	5
Principais Eventos	10
Desempenho Fundos de Obrigações	13
Informação relativa à Gestão do Fundo	15
Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade	17
Eventos Subsequentes	18
Notas Informativas	19
Balanço	31
Demonstração de Resultados	34
Demonstração de Fluxos de Caixa	36
Anexo às Demonstrações Financeiras	38
Relatório de Auditoria	49





i m | g | a |

Relatório de Gestão



Relatório de Gestão

Nota Introdutória

Síntese da Evolução dos Mercados

Principais Eventos

Desempenho Fundos de Obrigações

Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Eventos Subsequentes

Notas Informativas

Balanço

Demonstração de Resultados

Demonstração de Fluxos de Caixa

Anexo às Demonstrações Financeiras

Relatório de Auditoria

Nota Introdutória

O fundo foi constituído em 20 de junho de 1994 como fundo de obrigações de taxa variável euro, com a denominação Fundo de Investimento Mobiliário Aberto - RAIZ Rendimento, observando, entre outras normas, as constantes do Dec-Lei nº 252/2003, de 17 de outubro, com as alterações introduzidas pelo Dec-Lei nº 52/2006 e pelo Dec -Lei nº 357-A/2007, e de acordo com o Regulamento nº 15/2003 da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM).

Os documentos constitutivos foram atualizados em 5 de novembro de 2013 de harmonia com o Dec-Lei n.º 63-A/2013, de 10 de maio e com o Regulamento n.º 5/2013 da CMVM, passando a ser um Fundo de Obrigações.

Em 1 de setembro de 2014 passou a designar-se Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações CA Rendimento.

Desde 1 de outubro de 2017 a responsabilidade pela gestão do fundo é da IM Gestão de Ativos - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A., com sede na avenida da República, nº 25 – 5ªA, em Lisboa, registada na Conservatória do Registo Comercial sob o nº único de matrícula e identificação fiscal 502 151 889.

Relatório de Gestão

Nota Introdutória

Síntese da Evolução dos Mercados

Principais Eventos

Desempenho Fundos de Obrigações

Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Eventos Subsequentes

Notas Informativas

Balanço

Demonstração de Resultados

Demonstração de Fluxos de Caixa

Anexo às Demonstrações Financeiras

Relatório de Auditoria

O primeiro semestre de 2025 ficou marcado por elevados níveis de volatilidade, quer económica, quer nos mercados financeiros e respetivo aumento dos riscos de abrandamento severo do ritmo de atividade, em larga medida induzidos pelas políticas da nova Administração Trump.

Logo à partida, a expectativa era de desaceleração do ritmo de crescimento económico das principais economias mundiais, para um regime mais próximo do potencial. O ciclo económico previa-se, ainda assim, suportado por fundamentais resilientes, como a solidez do balanço das famílias e empresas na generalidade das economias desenvolvidas, por níveis ainda robustos de crescimento do rendimento real disponível, e pelo impulso relacionado com os cortes de taxas diretoras dos bancos centrais e as políticas orçamentais mais expansionistas em alguns países.

Apesar de as expectativas macroeconómicas não estarem desajustadas da realidade, o tema dominante do primeiro semestre de 2025 foi o impacto das políticas e da retórica da Administração Trump.

Efetivamente, desde o início do seu segundo mandato, Donald Trump executou um número recorde de ordens executivas, que incluíram desde a reversão de medidas/políticas da administração anterior, até à imposição de tarifas comerciais na persecução de múltiplos desígnios de política externa.

O recurso a este instrumento evoluiu em crescendo. Logo no dia da inauguração, Donald Trump emitiu um memorando denominado “*America First Trade Policy*” que instruiu a investigação de práticas comerciais injustas a vários departamentos governamentais, assim como a viabilidade da criação de um serviço externo de receitas para cobrar tarifas e outras receitas relacionadas com o comércio externo, e a análise das causas dos défices comerciais dos EUA e as suas implicações económicas para a segurança nacional, recomendando medidas como uma tarifa suplementar global para suprir tais défices.

Seguiram-se múltiplos anúncios de tarifas, que visaram numa fase inicial o México, o Canadá e a China (25%, 25% e 10%, respetivamente), no âmbito da crise de opióides nos EUA, que viriam a ser reforçadas no caso chinês para 20%. Foram ainda implementadas tarifas setoriais sobre os automóveis, o aço e o alumínio e mesmo, de forma mais mediática e extrema, tarifas “recíprocas” generalizadas com a quase totalidade dos parceiros comerciais dos EUA (excluindo a Rússia, Bielorrússia, México, Canadá e Cuba), que variaram entre um mínimo de 10% e um máximo de 50%.

A pressão diplomática/judicial doméstica e a resposta à reação tumultuosa dos mercados financeiros, estiveram na origem da “pausa” das tarifas recíprocas, anunciada por Donald Trump no dia 9 de abril. A referida pausa

fixou as tarifas recíprocas durante um período de 90 dias (até 9 de julho) num nível base de 10%.

Apesar da postura hostil dos EUA, as retaliações dos seus parceiros comerciais foram relativamente contidas, à exceção da China, que depois de igualar a tarifa recíproca dos EUA (34%), desencadeou uma escalada contínua de ambas as partes. Esta escalada culminou em tarifas de 145% cobradas pelos EUA e 125% de tarifa chinesa sobre os bens norte-americanos, níveis que ameaçaram paralisar as trocas comerciais, impactar o funcionamento das cadeias de abastecimento e mesmo uma recessão global.

Desde então, e até ao final do primeiro semestre, assistiu-se a um retrocesso relevante das tarifas dos EUA.

Depois de um período de suspensão das conversações entre os EUA e a China, cedências de ambas as partes relacionadas com o restabelecimento do fornecimento de bens e de outras matérias de cariz diplomático, permitiram reduzir drasticamente as tarifas cobradas por ambos os blocos, para 30% pelos EUA e para 10% pela China.

Não obstante, o nível médio de tarifas cobradas pelos serviços fronteiriços dos EUA permanece, mesmo depois do retrocesso das tarifas dos EUA sobre os bens provenientes da China, historicamente elevado. Depois de atingir um nível máximo estimado de aproximadamente 30% em abril, a tarifa média terminou o trimestre próxima de 15%, o que ainda assim representa o patamar mais elevado desde 1938. Nota adicional para o facto de estarem ainda pendentes tarifas setoriais, sobre os fármacos, a madeira, os semicondutores, o equipamento eletrónico, o cobre, etc., que poderão impulsionar o nível médio das tarifas dos EUA para níveis próximos ou mesmo acima de 20% nos próximos meses.

A imposição de tarifas originou um fenómeno de antecipação de importações, o que impulsionou as exportações de vários blocos económicos para os EUA e, conseqüentemente, também o perfil de crescimento do PIB no primeiro trimestre de 2025. A União Europeia esteve entre os principais beneficiários deste fenómeno, com as exportações da região para os EUA a exibirem um crescimento de 74,1% em março, comparativamente ao nível de final de 2024 e de 64% em termos homólogos.

Destaque principal para o crescimento das exportações da Irlanda (+396,6% face ao período homólogo) e da Suíça (+342,9% em termos homólogos).

O impacto das políticas da Administração Trump à escala global não se resumiu à temática das tarifas comerciais. A postura adversa contra a União Europeia, no âmbito geopolítico, com destaque para o afastamento dos EUA da UE em matérias como o apoio militar à Ucrânia, teve implicações significativas na região. Desde logo, poucos dias após a vitória nas eleições na Alemanha, a 23 de fevereiro, a CDU iniciou conversações com o SPD para a formalização de uma coligação governativa e para a flexibilização do travão da dívida. O resultado das conversações seria revelado apenas alguns dias depois, com um acordo preliminar para um fundo de investimento em infraestruturas de 500 mil milhões – equivalente a cerca de 11% do PIB – e para o reforço substancial dos gastos em defesa.

De forma relacionada, foi igualmente lançada a iniciativa ReArm da UE, que entre outras medidas oferece assistência financeira para gastos em defesa e permite a ativação da cláusula de escape, um mecanismo de flexibilização que prevê um

desvio temporário das regras de disciplina orçamental para acomodar o aumento dos gastos em defesa pelos Estados-Membro da união.

Em suma, a expectativa de maior impulso orçamental na região e de investimento/revitalização da competitividade da economia alemã originou perspectivas macroeconómicas mais benignas para a Área do Euro, embora maioritariamente numa perspetiva de médio-prazo.

Como referido anteriormente, o fenómeno de antecipação das tarifas comerciais significou distorções económicas significativas ao longo do primeiro trimestre de 2025. O PIB dos EUA contraiu 0,5% no primeiro trimestre do ano, o que correspondeu ao pior trimestre desde 2022. O consumo privado cresceu apenas 0,5%, o pior trimestre desta rubrica desde o pico da pandemia, impactada pelas condições meteorológicas desfavoráveis nos meses de janeiro e de fevereiro.

A formação bruta de capital fixo cresceu 1,3% no período, impulsionada pelo investimento em equipamento, potencialmente relacionado com a antecipação das tarifas. Ainda assim, as rubricas mais

impactadas por esse tema foram as importações (crescimento anualizado de 38%, que motivou um contributo negativo das exportações líquidas de -4,6%) e a acumulação de inventários (contributo de +2,6% para o crescimento anualizado do PIB no 1º trimestre).

Tendo em conta a origem da contração do PIB nos primeiros três meses do ano, muito baseada na antecipação de importações e em outros fatores transitórios, antecipa-se alguma recuperação no segundo trimestre. Ainda assim, é esperado um crescimento modesto no segundo semestre de 2025, fruto do impacto económico negativo da agenda económica da Administração Trump, assim como do menor ímpeto do investimento em estruturas e da menor dinâmica do mercado laboral.

Ao contrário dos EUA, a Área do Euro viu-se penalizada por um conjunto de fatores que condicionaram o seu ritmo de crescimento no período pós-COVID, entre os quais um menor impulso orçamental, o impacto da crise energética e o menor impulso associado ao investimento tecnológico.

Mais recentemente, a expansão orçamental, a queda dos custos energéticos e os cortes de taxas de juro do Banco Central Europeu deverão contribuir para um enquadramento económico mais favorável na região.

Por outro lado, apesar da retoma do ritmo de crescimento da Área do Euro nos últimos quatro trimestres, e em particular no primeiro trimestre de 2025 (+0,6% em cadeia), e de esta ter assentado num desempenho razoável do consumo privado, houve igualmente contributos significativos de rubricas de investimento impulsionadas pelo desempenho da Irlanda, a par do contributo relevante do crescimento das exportações no primeiro trimestre de 2025. É, assim, expectável que o ritmo de crescimento nos próximos trimestres seja mais modesto, com base na reversão parcial do crescimento das exportações e no impacto económico das tarifas comerciais dos EUA.

O crescimento de 1,2% em cadeia do PIB da China nos primeiros três meses de 2025 constituiu uma surpresa positiva para os investidores, assente no bom desempenho do consumo privado, na resiliência das exportações e no crescimento suportado do investimento não residencial. Não obstante,

continua a ser notório o papel dos estímulos orçamentais e monetários, com vista à dinamização da procura doméstica, sendo expectável o anúncio de estímulos adicionais até ao final de 2025. Em oposição, a situação vulnerável do mercado imobiliário manteve-se no decorrer do primeiro semestre e apesar das medidas estatais para estabilizar este segmento, não se projeta uma retoma relevante neste segmento até ao final de 2025.

A trajetória inflacionista manteve-se globalmente descendente ao longo dos primeiros seis meses do ano, embora no caso das principais economias desenvolvidas ainda em níveis próximos ou acima do objetivo dos bancos centrais.

Depois de leituras algo pressionadas entre dez-24 e jan-25, a inflação nos consumidores nos EUA retomou a trajetória de arrefecimento nos meses seguintes, o que contribuiu para o retrocesso da inflação homóloga para 3,4% em maio, próxima de mínimos desde o início de 2021. Embora a inflação no segmento dos serviços permaneça excessiva, em 3,4%, o seu nível é já algo inferior aos 3,9% no final de 2024.

Não obstante a evolução algo favorável da

inflação nos EUA ao longo dos últimos meses, são já visíveis alguns sinais de contágio das tarifas na inflação, uma tendência que se deverá acentuar nas leituras inflacionistas do terceiro trimestre do ano. Esta tendência estará não só relacionada com a transmissão (pelo menos parcial) das tarifas aos consumidores, mas também com o impulso inflacionista decorrente da depreciação do dólar. Por outro lado, a quebra da cotação das matérias-primas energéticas e da inflação nos serviços, em particular no segmento imobiliário, poderão anular parte da aceleração da inflação prospetivada para os EUA.

A inflação europeia confirmou as expectativas de retrocesso ao longo do primeiro semestre de 2025, com um abrandamento de 2,5% para 2% da inflação total, em termos homólogos, entre dezembro de 2024 e junho de 2025. Embora a inflação subjacente permaneça ainda acima do objetivo do banco central, também essa rubrica assinalou uma moderação de 2,7% para 2,3%, no mesmo período. À semelhança do caso norte-americano, também aqui a inflação nos serviços permanece pressionada (3,3%), embora igualmente numa trajetória

descendente desde o final de 2024 (4,0%), sendo expectável que a desaceleração do crescimento dos salários consolide o retrocesso da inflação nesta rubrica. A valorização do euro e a queda dos preços das matérias-primas energéticas estão igualmente entre os potenciais drivers das menores pressões inflacionistas esperadas no segundo semestre de 2025.

O perfil de desinflação e as perspetivas de continuidade deste processo na Área do Euro contribuíram para a postura ativa do Banco Central Europeu, com cortes acumulados de 100 pontos base da sua taxa diretora, para 2% em junho. De acordo com estudos empíricos do banco central, a sua taxa diretora estará agora no intervalo estimado (entre 1,75% e 2,25%) para a taxa de juro de equilíbrio/neutral. Tal deverá significar uma postura mais expectante do banco central no segundo semestre.

O BCE deverá ainda assim voltar a cortar a sua taxa diretora em 2025, com enviesamento para cortes adicionais em caso de abrandamento económico mais pronunciado ou de uma desaceleração mais significativa da inflação.

O perfil modesto da inflação justificou cortes pronunciados de outros bancos centrais, incluindo os 100pb do Banco Central da Dinamarca e os 50pb do Banco Central da Suíça, para 1,6% e 0%, respetivamente. Apesar dos níveis ainda excessivos da inflação, também o Banco de Inglaterra cortou as suas taxas diretoras em 50pb em 2025.

Numa perspetiva relativa, a missão da Reserva Federal dos EUA é francamente mais desafiante. Não obstante o progresso desinflationista atingido nos últimos meses, esta não só permanece acima do objetivo, como deverá acelerar no decorrer do segundo semestre do ano, o que, em combinação com o perfil ainda resiliente da generalidade dos indicadores de atividade, justificou a ausência de cortes de taxas diretoras pelo banco central, bem como a sua retórica mais cautelosa, pese embora os níveis ainda historicamente elevados da sua taxa de referência (4,5%).

Em contraciclo com os demais, o Banco do Japão voltou a subir a sua taxa diretora em janeiro, no seguimento da evidência de fortalecimento das pressões inflacionistas, embora estas dinâmicas ainda estejam pelo menos em parte relacionadas com a depreciação do iene.

O clima de incerteza macroeconómica e geopolítica descrito esteve na origem do aumento significativo da volatilidade dos mercados financeiros ao longo do primeiro semestre de 2025.

Embora os cortes de taxas de juro do BCE tenham mantido as taxas de juro de mercado ancoradas nas maturidades mais curtas dos emittentes da região (-22pb desde o início de 2025 na Alemanha), o aumento dos gastos em defesa e em infraestruturas, a perspetiva de aumento da emissão de dívida e a antecipação de maior crescimento potencial alimentou subidas das taxas de juro das maturidades mais longas e originou o aumento da inclinação da curva de rendimentos.

Assistiu-se assim a uma subida de 24pb das taxas de juro com maturidade a 10 anos da Alemanha, para 2,6%. A variação de taxas em França, Espanha e Portugal foi mais contida, o que originou estreitamentos dos respetivos spreads. A perceção de estabilidade política em Itália e o sucesso na gestão das necessidades de financiamento contribuíram mesmo para a queda da yield a 10 anos no primeiro semestre do ano, o que conduziu o respetivo *spread* contra a Alemanha a mínimos desde 2010 (87pb).

Nos EUA, o movimento a taxa de juro a 10 anos foi descendente (-34pb), para 4,23%. O prazo com maturidade a 2 anos assinalou uma quebra mais pronunciada, de 52 pb, fruto da expectativa de cortes de taxas diretoras pela Fed, com vista à minimização dos impactos económicos adversos da Administração Trump.

Os movimentos descritos das curvas de taxa de juro traduziram-se em ganhos para os índices governamentais, mais modestos para o índice europeu, que valorizou 0,52%, enquanto o índice de dívida agregada norte-americana ganhou 3,02% no semestre (em moeda local).

O desempenho da dívida empresarial europeia contou não só com o contributo dos níveis atrativos de taxas, mas igualmente do estreitamento adicional dos spreads de risco, tanto no segmento de investment grade como na dívida *high-yield* (-10 e -6pb no semestre), o que resultou em valorizações de 1,39% e 2,73%, respetivamente.

O segmento de dívida subordinada de financeiras esteve novamente em destaque pela positiva, com o enquadramento favorável para o setor a possibilitar estreitamentos adicionais dos *spreads* (25pb

no semestre) e um dos retornos absolutos mais pronunciados do segmento de rendimento fixo em euros (+4,2%).

Apesar da volatilidade exibida pela dívida empresarial *high-yield* dos EUA – relacionada com a evolução dos riscos de recessão – e da subida (marginal) do spread desse segmento no semestre, o nível absoluto de taxas (*carry*) e a queda da taxa de juro soberana contribuíram para ganhos de 4,6% no período. A dívida empresarial investment grade dos EUA valorizou 1,8% no semestre.

Ainda no rendimento fixo, a performance da dívida de mercados emergentes, em dólares, esteve em plano de destaque, fruto do *carry* atrativo, com rendibilidades entre 4,2% e 4,7% da dívida empresarial e soberana no semestre, respetivamente.

A trajetória de depreciação do dólar beneficiou o segmento de dívida de mercados emergentes em moeda local e resultou numa valorização próxima de 12% desse segmento.

Apesar do enquadramento macroeconómico descrito e do surgimento de forças potencialmente disruptivas – como o *Deepseek* – os mercados acionistas dos EUA mantiveram-se resilientes e somaram ainda assim ganhos. Não obstante a compressão dos múltiplos dos principais índices, estes mantiveram-se suportados pelo crescimento resiliente dos resultados empresariais e pelo *guidance* ainda favorável, o que resultou em valorizações de 5,5% quer do S&P500 quer do Nasdaq.

O perfil de ganhos setoriais foi liderado pelos setores industrial (+11,96%), de telecomunicações (+10,6%) e de financeiras (+8,4%), com consumo discricionário (-4,2%) e de saúde (-2,0%) entre os piores. As

empresas de menor capitalização bolsista voltaram a estar pressionadas (-2,5%).

Na Europa, o índice MSCI valorizou 9,2%, impulsionado pela valorização das praças alemã (+20,1%) e espanhola (+20,7%), com o índice francês CAC entre os menos bem-sucedidos (+3,9%) no semestre.

Os títulos de menor capitalização bolsista beneficiaram da expectativa de maior dinamismo da procura doméstica europeia e somaram uma valorização semestral de 12,6%.

Nos mercados cambiais, a moeda única europeia esteve em plano de destaque contra o cabaz dos seus parceiros comerciais

e encerrou o período com uma apreciação de 5,9%, beneficiada pelas perspetivas mais favoráveis para o crescimento potencial da região.

Não obstante a diferenciação de políticas monetárias entre os EUA e a Área do Euro ao longo do primeiro semestre de 2025, o euro averbou ainda assim ganhos de 13,8% contra o dólar dos EUA, com base na deterioração das perspetivas económicas para os EUA, na erosão associada à trajetória orçamental e da dívida pública, bem como outras políticas nocivas da Administração Trump. O cabaz representativo das divisas de mercados emergentes valorizou cerca de 8% no primeiro semestre de 2025.

O índice agregado de matérias-primas valorizou 3,3% nos primeiros seis meses do ano, embora marcado por uma elevada disparidade de performances.

O segmento com maiores ganhos foi o de metais preciosos, com valorizações de 26% do ouro e de 25% da prata, acompanhados pela valorização de 23,5% do cobre. Apesar do insucesso de Trump nas negociações de paz entre a Rússia e a Ucrânia, e da intensificação das tensões geopolíticas no Médio Oriente, as perspetivas económicas mais fragilizadas e o aumento de produção da OPEP resultaram numa quebra superior a 8% da cotação do barril do brent.

Relatório de Gestão

Nota Introdutória

Síntese da Evolução dos Mercados

Principais Eventos

Desempenho Fundos de Obrigações

Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Eventos Subsequentes

Notas Informativas

Balanço

Demonstração de Resultados

Demonstração de Fluxos de Caixa

Anexo às Demonstrações Financeiras

Relatório de Auditoria

Principais Eventos

NOVAS ENTIDADES COMERCIALIZADORAS

A **11 de abril** foi incluído o **Banco Bic Português** como entidade comercializadora da Categoria A do Fundo IMGA Money Market Eur.

NOVOS FUNDOS

● IMGA Crescimento PPR/OICVM

A **30 de abril** foi autorizada pela CMVM a constituição do Fundo IMGA Crescimento PPR/OICVM – Fundo de Investimento Aberto de Ações de Poupança Reforma.

ATUALIZAÇÕES/ALTERAÇÕES DOS DOCUMENTOS CONSTITUTIVOS DOS FUNDOS GERIDOS PELA SOCIEDADE

● A **18 de fevereiro** foi concluído o processo da 1ª atualização anual dos documentos constitutivos de toda a oferta de fundos de investimento mobiliário da IMGA.

● A **14 de maio** foi concluída a 2ª atualização anual obrigatória dos documentos constitutivos dos fundos, com a Taxa de Encargos Correntes (TEC) atualizada com referência ao ano de 2024.

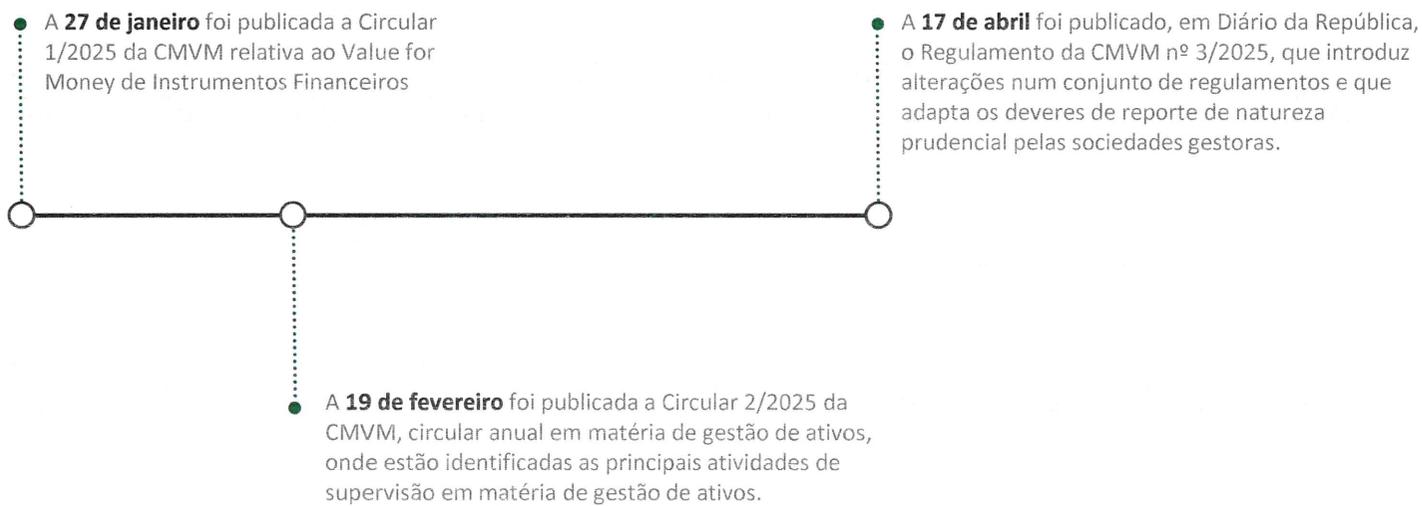
PUBLICAÇÃO DOS RELATÓRIOS E CONTAS DOS FUNDOS GERIDOS PELA SOCIEDADE

● A **30 de abril** foram publicados no sítio da CMVM os Relatórios e Contas anuais dos fundos IMGA.

INFORMAÇÕES RELACIONADAS COM A SUSTENTABILIDADE

● A **30 de junho** foi publicada a “Declaração relativa aos principais impactos negativos das decisões de investimento sobre os fatores de sustentabilidade”, relativa ao ano 2024.

EVENTOS REGULATÓRIOS



Relatório de Gestão

Nota Introdutória

Síntese da Evolução dos Mercados

Principais Eventos

Desempenho Fundos de Obrigações

Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Eventos Subsequentes

Notas Informativas

Balanço

Demonstração de Resultados

Demonstração de Fluxos de Caixa

Anexo às Demonstrações Financeiras

Relatório de Auditoria

Com a redução gradual das taxas de juro pelos bancos centrais, incluindo o corte de um total de 100 pontos base por parte do BCE em 2025, o contexto manteve-se relativamente favorável para os fundos de obrigações. O setor beneficiou também da diminuição dos spreads de crédito e de alguma estabilidade nos resultados das empresas.

Segundo a APFIPP, os ativos sob gestão no segmento de obrigações em Portugal aumentaram 12,8% no primeiro semestre de 2025, atingindo €4.308 milhões no final de junho. No universo da oferta da IMGA, os ativos sob gestão registaram uma ligeira redução neste segmento, passando de €902,8M em dezembro de 2024 para €894M em junho de 2025, o que traduz uma variação de -1% no semestre, em grande medida condicionada pelo vencimento de dois fundos com maturidade definida ao longo deste período.

No que diz respeito ao desempenho, as rendibilidades foram diferenciadas em função da composição dos ativos e das estratégias de cada fundo. Destaca-se, pela positiva, o IMGA Rendimento Mais,

que valorizou cerca de 1,8% na sua categoria institucional e 1,5% na de retalho, no semestre, beneficiando de uma yield mais elevada e do estreitamento dos spreads de crédito. Com comportamento não tão favorável esteve o IMGA Dívida Pública Europeia com uma performance quase nula no semestre.

Em termos de captação de investimento, os fundos de obrigações apresentaram subscrições líquidas que totalizaram €35M no semestre, evidenciando-se os fundos IMGA Euro Taxa Variável e IMGA Portuguese Corporate Debt evidenciaram-se com subscrições líquidas de €16,8M e €13,5M, respetivamente. No caso do fundo dedicado à dívida empresarial nacional, este crescimento dos ativos sob gestão representa um aumento de 57,3% face ao final do ano.

A alocação de ativos procurou manter uma abordagem equilibrada, centrada na qualidade do crédito e na procura de oportunidades seletivas, ajustando sempre a gestão ao contexto de mercado.

FUNDOS DE OBRIGAÇÕES	1 ANO			3 ANOS			5 ANOS		
	Rend. Anual.	Risco Volatilidade	Classe	Rend. Anual.	Risco Volatilidade	Classe	Rend. Anual.	Risco Volatilidade	Classe
IMGA EURO TAXA VARIÁVEL CAT A	3,96%	0,92%	2	3,48%	0,93%	2	1,52%	0,98%	2
IMGA EURO TAXA VARIÁVEL CAT R	3,96%	0,92%	2	3,45%	0,93%	2	1,51% (*)	0,98%	2
IMGA EURO TAXA VARIÁVEL CAT I	4,37%	0,92%	2	3,83% (*)	0,94%	2	1,76% (*)	0,99%	2
CA RENDIMENTO	3,77%	0,56%	2	3,53%	0,95%	2	1,34%	1,10%	2
IMGA RENDIMENTO SEMESTRAL CAT A	4,39%	1,41%	2	3,79%	1,54%	2	1,09%	1,65%	2
IMGA RENDIMENTO SEMESTRAL CAT R	4,40%	1,41%	2	3,79%	1,54%	2	1,14% (*)	1,65%	2
IMGA PORTUGUESE CORPORATE DEBT CAT R	4,00%	1,39%	2	-	-	-	-	-	-
IMGA PORTUGUESE CORPORATE DEBT CAT P	4,00%	1,39%	2	-	-	-	-	-	-
IMGA DÍVIDA PÚBLICA EUROPEIA CAT A	3,04%	5,05%	4	0,94%	4,58%	3	-1,26%	4,21%	3
IMGA DÍVIDA PÚBLICA EUROPEIA CAT R	3,04%	5,05%	4	0,96%	4,59%	3	-1,2% (*)	4,21%	3
IMGA RENDIMENTO MAIS CAT A	5,22%	2,76%	3	4,63%	2,93%	3	0,78%	2,89%	3
IMGA RENDIMENTO MAIS CAT I	5,74% (*)	-	-	5,16% (*)	-	-	1,29% (*)	-	-
IMGA FINANCIAL BONDS 3Y 2,25% SERIE I CAT A	2,83%	0,30%	1	-	-	-	-	-	-
IMGA FINANCIAL BONDS 3,5 Y CAT A	1,44%	1,59%	2	-	-	-	-	-	-
IMGA OBRIGAÇÕES GLOBAIS EURO 2026 SERIE I	-	-	-	-	-	-	-	-	-

(*) Considera cotações calculadas com base no desempenho da Categoria A

A Categoria A do fundo IMGA Obrigações Globais Euro 2026 Serie I, constituiu-se em julho de 2024 pelo que não têm rendibilidade a 1 ano.

As Categorias R e P do fundo IMGA Portuguese Corporate Debt constituíram-se, respetivamente, a 27 de junho de 2024 e 16 de maio de 2024, pelo que não têm rendibilidades a 3 e 5 anos.

Data de referência: 30 de junho de 2025

Relatório de Gestão

Nota Introdutória

Síntese da Evolução dos Mercados

Principais Eventos

Desempenho Fundos de Obrigações

Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Eventos Subsequentes

Notas Informativas

Balanco**Demonstração de Resultados****Demonstração de Fluxos de Caixa****Anexo às Demonstrações Financeiras****Relatório de Auditoria**

informação relativa à Gestão do Fundo

O primeiro semestre de 2025 foi marcado por elevada volatilidade nos mercados financeiros, impulsionada por conflitos geopolíticos em várias partes do mundo - incluindo a guerra na Ucrânia, o conflito na Faixa de Gaza, crises humanitárias e tensões entre grandes potências económicas como os Estados Unidos e China – e ainda pela adoção e retaliação de políticas comerciais protecionistas e por ajustamentos das políticas monetárias dos principais bancos centrais.

Apesar de se manter resiliente, a economia americana começou a dar sinais de abrandamento, com o PIB a recuar 0,5% no primeiro trimestre de 2025. A imposição de novas tarifas comerciais pela Administração Trump reacendeu os receios inflacionistas e aumentou a incerteza quanto ao rumo da política monetária. Ao mesmo tempo, as preocupações em torno da sustentabilidade orçamental e do aumento da dívida pública penalizaram o mercado de *Treasuries*. Ainda assim, a robustez do mercado laboral tem permitido à Reserva Federal adotar uma abordagem cautelosa, sem pressa em avançar com novos cortes de taxas. Na Europa, o BCE continuou o processo de normalização da Política Monetária, contudo, os dados mistos (inflação subjacente elevada, crescimento fraco e instabilidade política) limitam o espaço para novos cortes.

Na frente europeia, o maior destaque vai para o *sell-off* histórico dos *Bunds* em março, após os anúncios de um vasto pacote de investimento em defesa por parte da Alemanha e da queda do *debt-brake*, o que se traduzirá num aumento significativo da dívida emitida pelo país nos próximos anos. Assim, as *yields* terminaram o semestre a subir de forma significativa nos médio e longo prazos, tendo caído nos prazos mais curtos, nas duas curvas de preferência. A dívida periférica europeia manteve o bom desempenho, tendo-se destacado Itália pelos bons resultados de execução orçamental do governo de Meloni. França registou uma recuperação relativa, apesar do contexto político fragmentado.

No mercado de crédito privado, os *spreads* de *Investment Grade* mostraram resiliência, com pequenos estreitamentos de *spread* no semestre, enquanto o *High Yield* saiu penalizado pelos receios em torno do crescimento. Destaque positivo para o retorno total das classes mais arriscadas, nomeadamente AT1. O mercado primário manteve-se dinâmico, com forte procura por novas emissões, mesmo em períodos de maior incerteza. A resiliência dos emitentes não-financeiros e a qualidade dos ativos dos emitentes financeiros continuam a sustentar os *spreads*, apesar do elevado nível de incerteza que persiste para o segundo semestre.

O Fundo CA Rendimento iniciou o ano posicionado para uma queda das taxas de juro europeias e um estreitamento de *spreads*, tendo em conta a fragilidade do crescimento europeu e potencial impacto das tarifas americanas, a trajetória descende da inflação, a normalização da política monetária já iniciada em 2024 e o valor identificado no crédito europeu. Contudo, perante o contexto descrito anteriormente, o fundo acabou por gerir a duração de forma dinâmica e conservadora, evitando a penalização excessiva provocada pela subida das taxas e procurando aumentar progressivamente a duração em momentos de subida das taxas de juro através do reinvestimento a remunerações mais elevadas. A cobertura de taxa de juro, ainda que parcial, teve um impacto positivo na performance do fundo durante o primeiro semestre de 2025.

Em termos de risco de crédito, foi privilegiado o segmento de *Investment Grade*, tendo em conta a natureza do fundo e a incerteza económica identificada. O investimento em dívida subordinada, dívida híbrida e *High Yield* foi também gerido de uma forma conservadora e teve um contributo positivo para a performance do fundo.

O fundo manteve níveis adequados de liquidez tendo em conta a volatilidade deste período. A participação em mercado primário ocorreu como forma de rebalancear a carteira, bem como para aproveitar os prémios oferecidos neste mercado.

Assim, o desempenho do fundo durante o primeiro semestre de 2025 resultou da redução dos prémios de risco de crédito, em especial no segmento de maior risco de crédito. A subida das taxas de juro sem risco de médio e longo prazo penalizou a performance do fundo, em parte mitigada pela cobertura através de futuros.

O Fundo CA Rendimento apresentou no final do primeiro semestre de 2025 uma rentabilidade efetiva de 1,4% e de 3,8% no período de 12 meses. O seu valor líquido global atingiu €147,6M, um crescimento de 12,3% face aos €131,5M do final de 2024. As vendas líquidas totalizaram €14,2M, com subscrições de €26,5M e resgates de €12,3M.

Sendo um fundo de capitalização, não procedeu à distribuição de rendimentos.



Relatório de Gestão

- Nota Introdutória
- Síntese da Evolução dos Mercados
- Principais Eventos
- Desempenho Fundos de Obrigações
- Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

- Eventos Subsequentes
- Notas Informativas

Balanço

Demonstração de Resultados

Demonstração de Fluxos de Caixa

Anexo às Demonstrações Financeiras

Relatório de Auditoria

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Em cumprimento do estipulado pelas alíneas b) e c) da secção 6 do Anexo IV do Regime da Gestão de Ativos (RGA), apresenta-se, em seguida, o montante total das remunerações pagas pela entidade responsável pela gestão aos seus colaboradores e o montante agregado da remuneração dos membros dos órgãos de gestão e fiscalização (valores em euros):

REMUNERAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2025			
Órgãos de Gestão e Fiscalização	Rendimento Fixo	Rendimento Variável	Número A 30/06/2025
Comissão Executiva			
Presidente e Administradores	156 898	284 354	3
Administradores independentes	21 750	-	1
Conselho fiscal			
Presidente e vogais	25 145	-	4
Colaboradores	Rendimento fixo	Rendimento variável	Número A 30/06/2025
Colaboradores	1 177 153	451 169	51

Nos termos da Lei e conforme previsto no n.º 1 do art.º 20º dos Estatutos, o modelo de fiscalização da Sociedade compreende ainda um Revisor Oficial de Contas, ou uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, que não seja membro do Conselho Fiscal, a quem foram pagos €5.904 pelos serviços durante o primeiro semestre de 2025.

Sem prejuízo da competência do Conselho Fiscal e do Revisor Oficial de Contas, ou da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, conforme previsto no n.º 1 do art.º 21º dos Estatutos, a Assembleia Geral designou um auditor externo para a verificação das contas da Sociedade, a quem foram pagos €31.980

pelos serviços prestados nesse âmbito. No primeiro semestre de 2025 foram pagos €9.554 referentes a indemnizações por cessação de contrato de trabalho.

As remunerações e benefícios foram calculados e atribuídos de acordo com o definido na Política de Remunerações em vigor, cuja síntese está disponível no site da Sociedade.

No início de cada ano, com base no Relatório de Avaliação da Execução da Política de Remunerações, da responsabilidade do Comité de Remunerações, o Conselho Fiscal produz um Relatório anual sobre a Política de

Remunerações, onde descreve os aspetos e conclusões relevantes que fundamentam o respetivo parecer acerca da avaliação do grau de execução da Política de Remunerações em vigor na Sociedade ao longo do ano anterior.

Relativamente a 2024, não foi identificada qualquer irregularidade ou inconsistência no modo como as remunerações e outros benefícios foram calculados.

No primeiro semestre de 2025, não foram introduzidas alterações à Política de Remunerações.

Relatório de Gestão

Nota Introdutória

Síntese da Evolução dos Mercados

Principais Eventos

Desempenho Fundos de Obrigações

Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Eventos Subsequentes

Notas Informativas

Balanço

Demonstração de Resultados

Demonstração de Fluxos de Caixa

Anexo às Demonstrações Financeiras

Relatório de Auditoria

Eventos Subsequentes

30 de junho de 2025

● A **14 de agosto** foi autorizada pela CMVM a constituição do Fundo BTG Pactual GV Corporate Bonds 60/40 – Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações.

Relatório de Gestão

Nota Introdutória

Síntese da Evolução dos Mercados

Principais Eventos

Desempenho Fundos de Obrigações

Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Eventos Subsequentes

Notas Informativas

Balanço

Demonstração de Resultados

Demonstração de Fluxos de Caixa

Anexo às Demonstrações Financeiras

Relatório de Auditoria

Notas Informativas

CA Rendimento - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações

Elementos Identificativos

Tipo de Fundo:

Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações

Data de Constituição:

20 de junho de 1994

Sociedade Gestora:

IM Gestão de Ativos - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A.

Banco Depositário:

Caixa Central - Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, CRL

Valor da Carteira:

(30 de junho de 2025)

147 631 562 Euros

EVOLUÇÃO DE RENDIBILIDADE E RISCO

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	jun/2025
Rendibilidade	2,3%	1,5%	-3,0%	2,8%	-0,4%	-0,4%	-4,9%	4,6%	4,5%	1,4%
Risco (nível)	2	2	2	2	3	2	2	2	2	2

As rendibilidades divulgadas representam dados passados, não constituindo garantia de rendibilidade futura e só seriam obtidas se o investimento fosse efetuado e mantido durante todo o período de referência.

Para efeito do apuramento das rendibilidades não são tidas em consideração comissões de subscrição, resgate e transferências, quando aplicáveis, sendo líquidas de todas as outras comissões e encargos.

O nível de risco do fundo pode variar entre 1 (risco mínimo) e 7 (risco máximo). Um risco mais baixo implica potencialmente uma remuneração mais baixa e um risco mais alto implica potencialmente uma remuneração mais alta. O investimento em fundos pode implicar a perda do capital investido caso o fundo não seja de capital garantido.

POLÍTICA DE INVESTIMENTO

O fundo procurará proporcionar aos participantes um nível de rentabilidade e estabilidade que acompanhe as taxas de juro dos mercados monetários, através do investimento em valores mobiliários e instrumentos financeiros, predominantemente de médio e longo prazo, cujas taxas de rendimento dependam das taxas de juro do curto prazo.

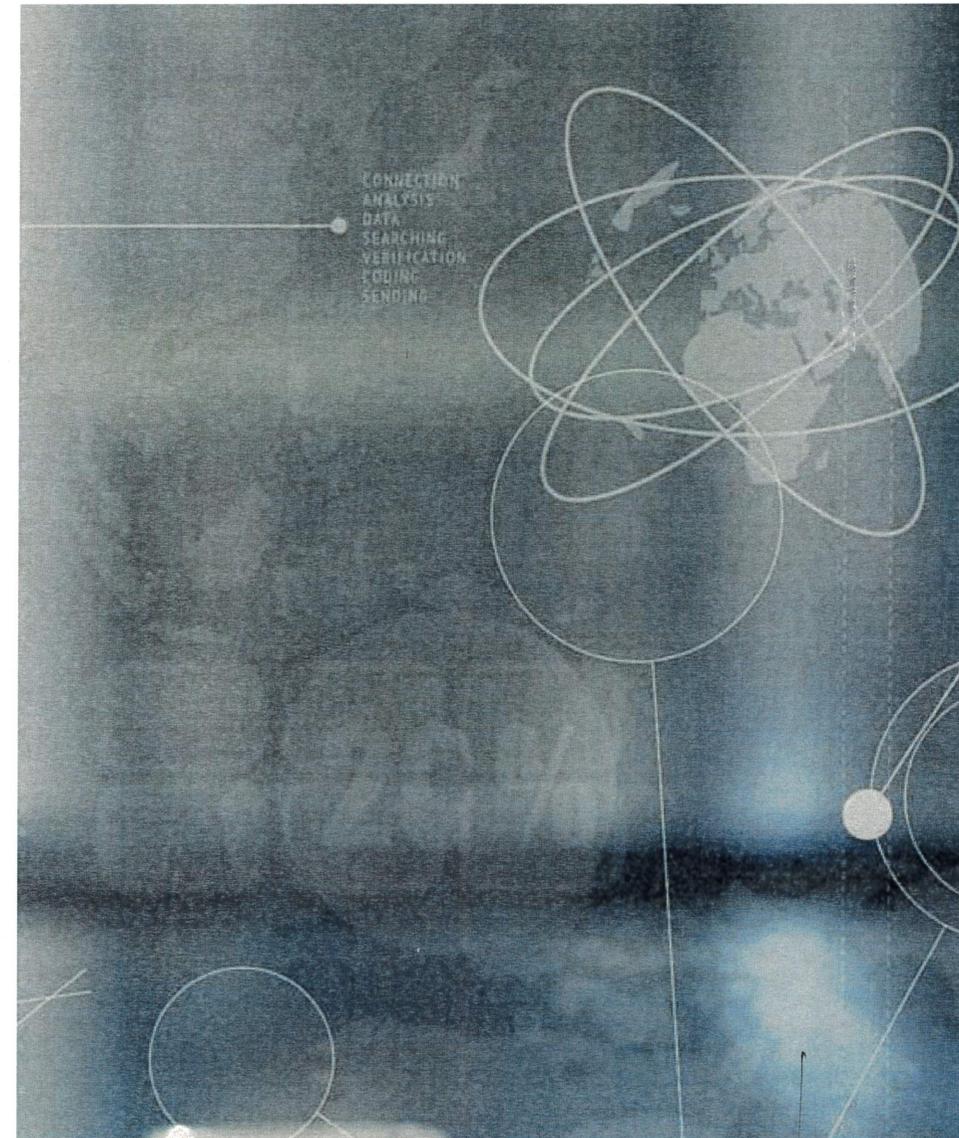
O fundo tem uma política de investimento que obriga a um investimento mínimo de 80% do seu valor em obrigações, sendo pelo menos 50% do seu valor líquido global em obrigações de taxa variável e um máximo de 30% do valor líquido global do fundo em obrigações de taxa fixa.

O fundo investirá, até ao limite de 10% do seu valor líquido global, em unidades de participação de outros OIC. O fundo poderá utilizar instrumentos financeiros derivados para cobertura de riscos.

O fundo investirá em ativos denominados em euros, mas poderá investir em ativos denominados em moedas de países integrantes da União Económica e Monetária e/ou em mercados externos à Zona Euro.

A estratégia de investimento do fundo segue uma gestão ativa, não considerando nenhum parâmetro de referência.

Os ativos são selecionados essencialmente considerando o seu potencial de retorno face à qualidade dos emitentes e ao contexto macroeconómico em que se inserem, privilegiando empresas que adotam as melhores práticas ao nível do Governo, Direitos Humanos e Ambiente, no universo de emitentes, e abstendo-se de investir em entidades cuja maioria das receitas sejam provenientes de atividades em setores controversos, nomeadamente jogo, armas controversas, tabaco e carvão térmico.

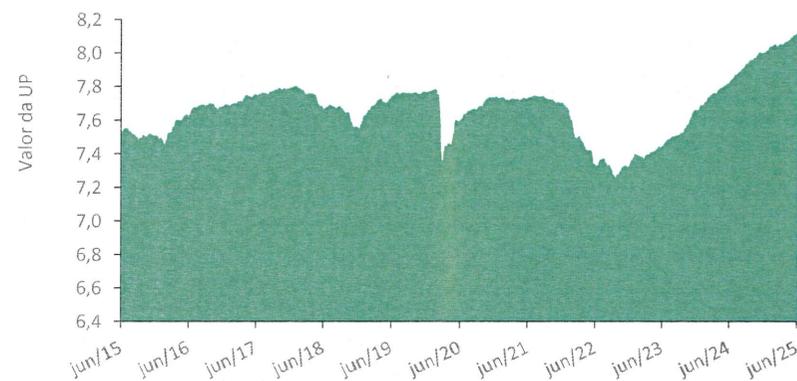


EVOLUÇÃO DAS COTAÇÕES

As rendibilidades divulgadas representam dados passados, não constituindo garantia de rendibilidade futura. As rendibilidades anualizadas divulgadas só seriam obtidas se o investimento fosse efetuado e mantido durante todo o período de referência.

Para efeito do apuramento das rendibilidades não são tidas em consideração comissões de subscrição, resgate e transferências, quando aplicáveis, sendo líquidas de todas as outras comissões e encargos.

Valor da UP



EVOLUÇÃO DO NÚMERO UP'S E DO VALOR UNITÁRIO UP

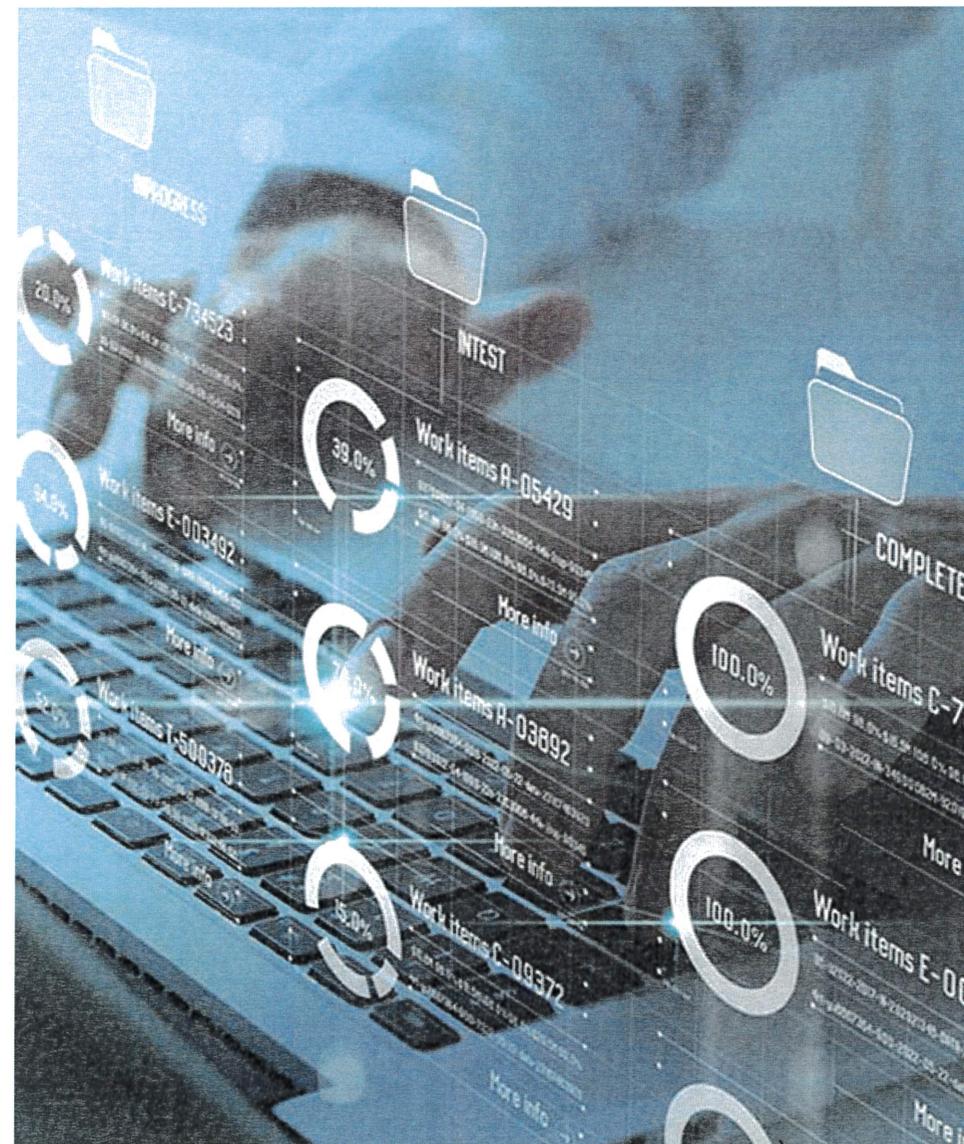
	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2024	30.06.2025
Nº. UP's em circulação	23 671 857,0727	17 968 801,8925	15 318 074,8435	16 450 929,5179	18 212 283,3037
Valor Unitário UP (Euro)	7,6931	7,3127	7,6509	7,9929	8,1062

DEMONSTRAÇÃO DO PATRIMÓNIO

(valores em euro)

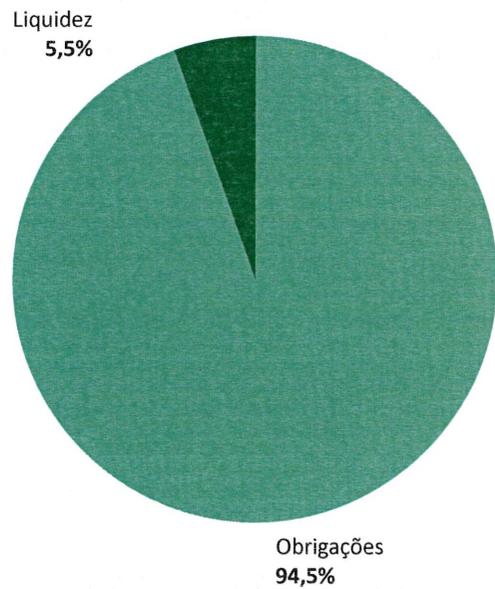
30.06.2025

Valores mobiliários	146 271 532
Saldos bancários	590 907
Outros ativos	953 586
Total dos ativos	147 816 024
Passivos	184 462
Valor Líquido de Inventário	147 631 562

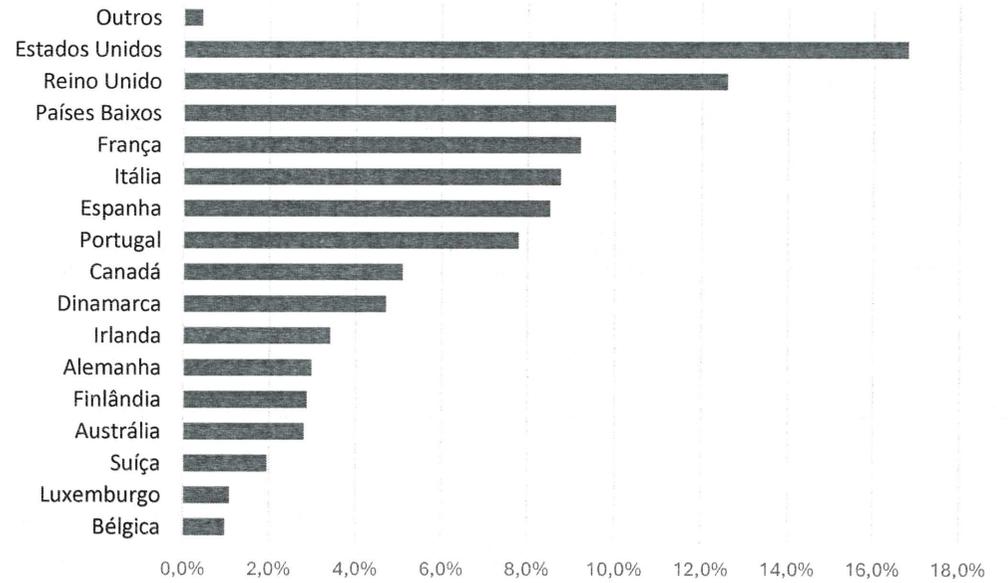


COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA

Carteira Ativos



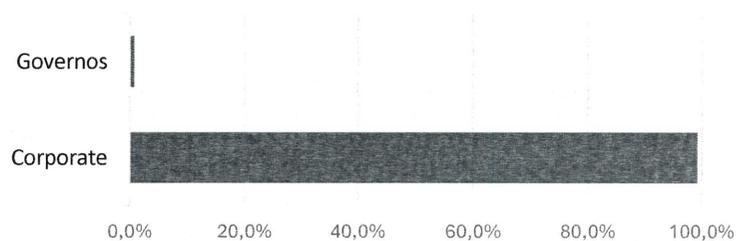
País



Valores mobiliários e instrumentos do mercado monetário

COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA

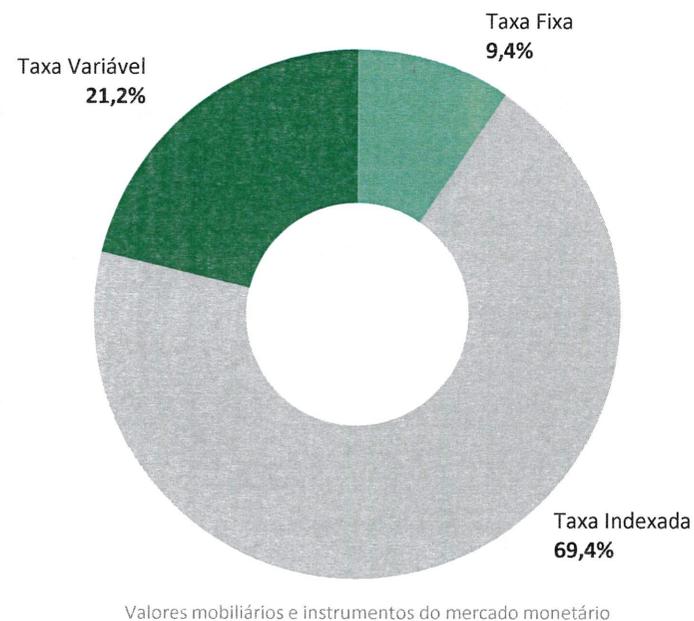
Tipo de Emitente



Risco de Crédito



Tipo Cupão



TÍTULOS EM CARTEIRA

(valores em euro)

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais-valias	Menos-valias	Valor da carteira	Juros corridos	SOMA	%
1. VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS							
<i>M.C.O.B.V. Portuguesas</i>	9 526 826	72 434	-	9 599 260	107 199	9 706 459	7%
<i>M.C.O.B.V. Estados Membros UE</i>	118 737 330	552 067	65 776	119 223 621	702 351	119 925 972	81%
<i>O.M.Regulamentados Estados UEs</i>	1 500 000	2 175	-	1 502 175	4 625	1 506 800	1%
<i>M.C.O.B.V. Estados Não Membros UE</i>	8 512 625	32 115	11 925	8 532 815	61 456	8 594 271	6%
3. UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO	7 160 085	253 576	-	7 413 661	-	7 413 661	5%
TOTAL	145 436 865	912 367	77 701	146 271 532	875 631	147 147 163	100%

INDICAÇÃO MOVIMENTOS OCORRIDOS

(valores em euro)

RENDIMENTO

Rendimento do investimento	2 230 821
Outros investimentos	236
Mais-valias de investimento	693 948

Custos

Custos de gestão	(421 750)
Custos de depósito	(70 292)
Outros encargos, taxas e impostos	(70 182)
Menos-valias de investimentos	(368 861)
Custos de negociação	(1 608)

Lucro líquido	1 992 312
----------------------	------------------

Lucros distribuídos	-
----------------------------	----------

Aumento ou diminuição da conta de capital

Subscrições	26 472 359
Resgates	(12 322 293)



VALOR LÍQUIDO GLOBAL E VALOR DA UP

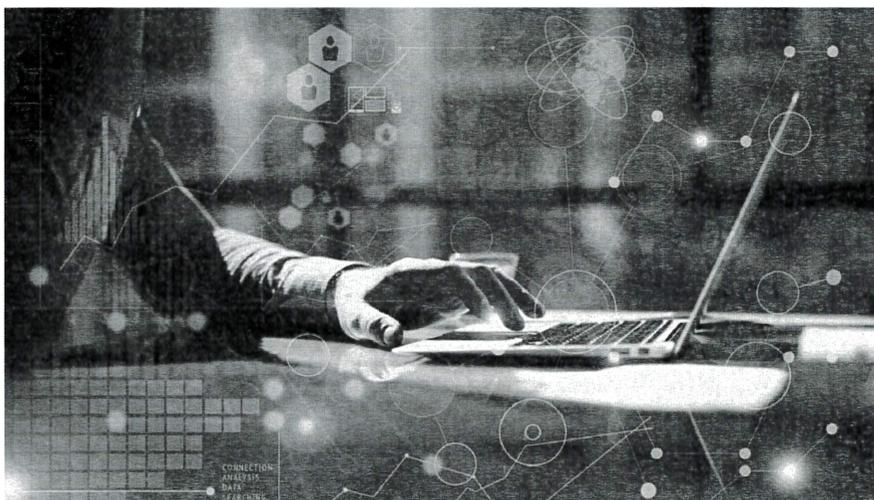
(valores em euro)

	Valor Líquido	Valor Unitário da UP
31.12.2023	117 196 219	7,6509
31.12.2024	131 489 185	7,9929
30.06.2025	147 631 562	8,1062

OPERAÇÕES DE COMPRA E VENDA DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

(valores em euro)

Descritivo	31.12.2024	Compras	Vendas	+/- Valias	30.06.2025
Operações Cambiais	-	-	-	-	-
Operações Sobre Taxas de Juro	(2 357 200)	6 481 890	(5 857 960)	(30 730)	(1 764 000)
Operações Sobre Cotações	-	-	-	-	-



i m | g | a |

Balanço

Referente ao período findo em 30 de junho 2025

		ATIVO				
		30-06-2025			31-12-2024	
Código	Designação	Bruto	Mv	mv/P	Líquido	Líquido
Outros Ativos						
32	Ativos Fixos Tangíveis das SIM					
33	Ativos Intangíveis das SIM					
	<i>Total de Outros Ativos das SIM</i>					
Carteira de Títulos						
21	Obrigações	138 276 781	658 791	(77 701)	138 857 871	123 092 431
22	Ações					
23	Outros Títulos de Capital					
24	Unidades de Participação	7 160 085	253 576		7 413 661	6 919 078
25	Direitos					
26	Outros Instrumentos da Dívida					
	<i>Total da Carteira de Títulos</i>	<u>145 436 865</u>	<u>912 367</u>	<u>(77 701)</u>	<u>146 271 532</u>	<u>130 011 510</u>
Outros Ativos						
31	Outros ativos					
	<i>Total de Outros Ativos</i>					
Terceiros						
411+...+418	Contas de Devedores	77 954			77 954	105 838
	<i>Total dos Valores a Receber</i>	<u>77 954</u>			<u>77 954</u>	<u>105 838</u>
Disponibilidades						
11	Caixa					
12	Depósitos à Ordem	590 907			590 907	724 943
13	Depósitos a Prazo e com Pré-aviso					
14	Certificados de Depósito					
18	Outros Meios Monetários					
	<i>Total das Disponibilidades</i>	<u>590 907</u>			<u>590 907</u>	<u>724 943</u>
Acréscimos e diferimentos						
51	Acréscimos de Proventos	875 631			875 631	988 318
52	Despesas com Custo Diferido					
53	Outros acréscimos e diferimentos	0			0	0
59	Contas transitórias ativas					
	<i>Total do Acréscimos e Diferimentos Ativos</i>	<u>875 631</u>			<u>875 631</u>	<u>988 318</u>
	TOTAL DO ATIVO	<u>146 981 358</u>	<u>912 367</u>	<u>(77 701)</u>	<u>147 816 024</u>	<u>131 830 609</u>
	Total do Número de Unidades de Participação em circulação				<u>18 212 283</u>	<u>16 450 930</u>

		PASSIVO	
		Períodos	
Código	Designação	30-06-2025	31-12-2024
Capital do OIC			
61	Unidades de Participação	90 842 869	82 057 236
62	Variações Patrimoniais	24 859 490	19 495 057
64	Resultados Transitados	29 936 892	24 497 516
65	Resultados Distribuídos		
67	Dividendos Antecipados das SIM		
66	Resultados Líquidos do Período	1 992 312	5 439 376
	<i>Total do Capital do OIC</i>	<u>147 631 562</u>	<u>131 489 185</u>
Provisões Acumuladas			
481	Provisões para Encargos		
	<i>Total das Provisões Acumuladas</i>		
Terceiros			
421	Resgates a Pagar a Participantes	73 191	197 389
422	Rendimentos a Pagar a Participantes		
423	Comissões a Pagar	89 476	124 029
424+...+429	Outras contas de Credores	18 135	16 316
43+12	Empréstimos Obtidos		
44	Pessoal		
46	Acionistas		
	<i>Total dos Valores a Pagar</i>	<u>180 802</u>	<u>337 734</u>
Acréscimos e diferimentos			
55	Acréscimos de Custos	3 660	3 690
56	Receitas com Provento Diferido		
58	Outros Acréscimos e Diferimentos		
59	Contas transitórias passivas		
	<i>Total do Acréscimos e Diferimentos Passivos</i>	<u>3 660</u>	<u>3 690</u>
	TOTAL DO CAPITAL E PASSIVO	<u>147 816 024</u>	<u>131 830 609</u>
	Valor Unitário da Unidade Participação	<u>8.1062</u>	<u>7.9929</u>



(valores em Euro) EXTRAPATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2025 E 31 DE DEZEMBRO DE 2024

DIREITOS SOBRE TERCEIROS

Código	Designação	Períodos	
		30-06-2025	31-12-2024
Operações Cambiais			
911	À vista		
912	A prazo (forwards cambiais)		
913	Swaps cambiais		
914	Opções		
915	Futuros		
	<i>Total</i>		
Operações Sobre Taxas de Juro			
921	Contratos a prazo (FRA)		
922	Swap de taxa de juro		
923	Contratos de garantia de taxa de juro		
924	Opções		
925	Futuros		
	<i>Total</i>		
Operações Sobre Cotações			
934	Opções		
935	Futuros		
	<i>Total</i>		
Compromissos de Terceiros			
942	Operações a prazo (reporte de valores)		
944	Valores cedidos em garantia		
945	Empréstimos de títulos		
	<i>Total</i>		
	<i>TOTAL DOS DIREITOS</i>		
99	CONTAS DE CONTRAPARTIDA	1 764 000	2 357 200

RESPONSABILIDADES PERANTE TERCEIROS

Código	Designação	Períodos	
		30-06-2025	31-12-2024
Operações Cambiais			
911	À vista		
912	A prazo (forwards cambiais)		
913	Swaps cambiais		
914	Opções		
915	Futuros		
	<i>Total</i>		
Operações Sobre Taxas de Juro			
921	Contratos a prazo (FRA)		
922	Swap de taxa de juro		
923	Contratos de garantia de taxa de juro		
924	Opções		
925	Futuros	1 764 000	2 357 200
	<i>Total</i>	1 764 000	2 357 200
Operações Sobre Cotações			
934	Opções		
935	Futuros		
	<i>Total</i>		
Compromissos Com Terceiros			
941	Subscrição de títulos		
942	Operações a prazo (reporte de valores)		
943	Valores cedidos em garantia		
	<i>Total</i>		
	<i>TOTAL DAS RESPONSABILIDADES</i>	1 764 000	2 357 200
99	CONTAS DE CONTRAPARTIDA		



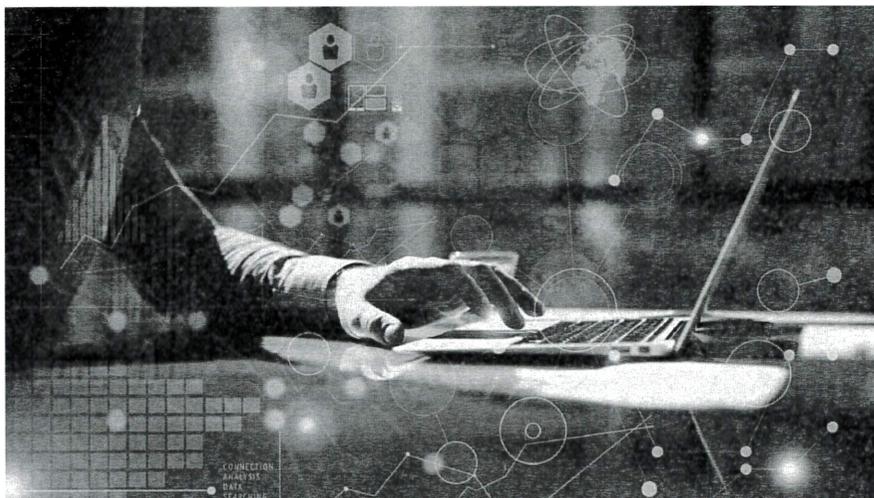
i m | g | a |

Demonstração de Resultados

Referente ao período findo em 30 de junho 2025

CÓDIGO		Designação	Períodos	
			30-06-2025	30-06-2024
CUSTOS E PERDAS				
Custos e Perdas Correntes				
		Juros e Custos Equiparados		
711+718		De Operações Correntes	141	0
719		De Operações Extrapatrimoniais		
		Comissões e Taxas		
722+723		Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	1 608	1 725
724+...+728		Outras Operações Correntes	502 901	430 002
729		De Operações Extrapatrimoniais		
		Perdas em Operações Financeiras		
732+733		Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	134 371	281 307
731+738		Outras Operações Correntes		
739		Em Operações Extrapatrimoniais	234 490	416 020
		Impostos		
		Impostos Sobre o Rendimento de Capitais e Incrementos		
7411+7421		Patrimoniais		
7412+7422		Impostos Indirectos	55 521	47 240
7418+7428		Outros impostos		
		Provisões do Exercício		
751		Provisões para Encargos		
77		Outros Custos e Perdas Correntes	3 660	3 690
		<i>Total dos Outros Custos e Perdas Correntes (A)</i>	<u>932 693</u>	<u>1 179 985</u>
79		Outros custos e perdas das SIM		
		<i>Total dos Outros Custos e Perdas das SIM (C)</i>		
Custos e Perdas Eventuais				
781		Valores Incobráveis		
782		Perdas Extraordinárias		
783		Perdas Imputáveis a Exercícios Anteriores		
788		Outras Custos e Perdas Eventuais		
		<i>Total dos Custos e Perdas Eventuais (E)</i>		
63		Imposto Sobre o Rendimento do Exercício		
66		Resultado Líquido do Período (se>0)	<u>1 992 312</u>	<u>2 500 291</u>
		TOTAL	<u>2 925 004</u>	<u>3 680 276</u>
(8*2/3/4/5)-(7*2/3)		Resultados da Carteira de Títulos e Outros Ativos	2 581 987	2 816 643
8*9 - 7*9		Resultados das Operações Extrapatrimoniais	(28 580)	124 584
B-A		Resultados Correntes	1 992 076	2 476 099

CÓDIGO		Designação	Períodos	
			30-06-2025	30-06-2024
PROVEITOS E GANHOS				
Proveitos e Ganhos Correntes				
		Juros e Proveitos Equiparados		
812+813		Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	2 229 929	2 341 924
811+814+827+818		De Operações Correntes	891	15 804
819		De Operações Extrapatrimoniais		
		Rendimento de Títulos		
822+...+824+825		Na Carteira de Títulos e Outros Ativos		
829		De Operações Extrapatrimoniais		
		Ganhos em Operações Financeiras		
832+833		Na Carteira de Títulos e Outros Ativos	488 038	757 752
831+838		Outras Operações Correntes		
839		Em Operações Extrapatrimoniais	205 910	540 605
		Reposição e Anulação de Provisões		
851		Provisões para Encargos		
87		Outros Proveitos e Ganhos Correntes	0	0
		<i>Total dos Proveitos e Ganhos Correntes (B)</i>	<u>2 924 769</u>	<u>3 656 084</u>
89		Outros Proveitos e Ganhos das SIM		
		<i>Total dos Outros Proveitos e Ganhos das SIM (D)</i>		
Proveitos e Ganhos Eventuais				
881		Recuperação de Incobráveis		
882		Ganhos Extraordinários		23 819
883		Ganhos Imputáveis a Exercícios Anteriores		
888		Outros Proveitos e Ganhos Eventuais	236	373
		<i>Total dos Proveitos e Ganhos Eventuais (F)</i>	<u>236</u>	<u>24 192</u>
66		Resultado Líquido do Período (se<0)		
		TOTAL	<u>2 925 004</u>	<u>3 680 276</u>
F - E		Resultados Eventuais	236	24 192
B+D+F-A-C-E+74X1		Resultados Antes do Imposto s/ Rendimento	1 992 312	2 500 291
B+D-A-C		Resultados Líquidos do Período	1 992 312	2 500 291



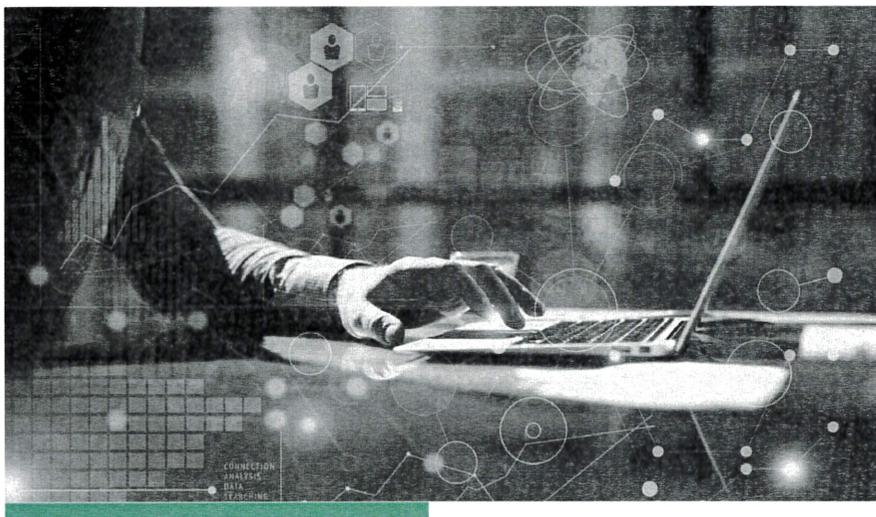
i m | g | a |

Demonstração de Fluxos de Caixa

Referente ao período findo em 30 de junho 2025

(Valores em Euro)		30-jun-25		30-jun-24	
DISCRIMINAÇÃO DE FLUXOS					
OPERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DO OIC					
RECEBIMENTOS:			26 472 359		17 142 719
Subscrição de unidades de participação	26 472 359			17 142 719	
PAGAMENTOS:			12 446 491		13 099 817
Resgates de unidades de participação	12 446 491			13 099 817	
			14 025 868		4 042 902
Fluxo das operações sobre as unidades do OIC					
OPERAÇÕES COM A CARTEIRA DE TÍTULOS E OUTROS ativos					
RECEBIMENTOS:			85 057 576		117 032 122
Venda de títulos e outros ativos	77 898 947			102 638 314	
Reembolso de títulos e outros ativos	4 807 135			12 317 462	
Resgates de unidades de participação noutros OIC	300 011			0	
Juros e proveitos similares recebidos	2 051 482			2 076 346	
PAGAMENTOS:			98 622 928		124 080 049
Compra de títulos e outros ativos	97 891 154			118 072 851	
Subscrições de títulos	700 054			6 001 666	
Comissões de corretagem	195			305	
Outras taxas e comissões	1 960			2 096	
Outros pagamentos relacionados com a carteira	29 565			3 130	
			(13 565 352)		(7 047 926)
Fluxo das operações da carteira de títulos e outros ativos					
OPERAÇÕES A PRAZO E DE DIVISAS					
RECEBIMENTOS:			598 610		1 526 267
Operações de taxa de juro	205 910			530 050	
Margem inicial em contratos de futuros e opções	84 603			135 934	
Outros recebimentos de operações a prazo e de divisas	308 097			860 283	
PAGAMENTOS:			602 996		1 240 711
Operações de taxa de juro	234 490			415 950	
Margem inicial em contratos de futuros e opções	73 412			143 978	
Outros pagamentos de operações a prazo e de divisas	295 095			680 783	
			(4 386)		285 556
Fluxo das operações a prazo e de divisas					
OPERAÇÕES DE GESTÃO CORRENTE					
RECEBIMENTOS:			891		101 389
Juros de depósitos bancários	891			101 389	
PAGAMENTOS:			591 293		426 581
Juros devedores de depósitos bancários	141			0	
Comissão de gestão	472 761			334 768	
Comissão de depósito	72 139			51 465	
Taxa de supervisão	12 236			10 741	
Impostos e taxas	34 016			29 606	
			(590 402)		(325 192)
Fluxo das operações de gestão corrente					
OPERAÇÕES EVENTUAIS					
RECEBIMENTOS:			236		24 192
Ganhos extraordinários	236			24 192	
PAGAMENTOS:			0		0
			236		24 192
Fluxo das operações eventuais					
SALDO DOS FLUXOS DE CAIXA DO PERÍODO (A)			(134 037)		(3 020 468)
DISPONIBILIDADES NO INÍCIO DO PERÍODO (B)			724 943		8 511 761
DISPONIBILIDADES NO FIM DO PERÍODO (C)=(B)+(A)			590 907		5 491 293

→



i m | g | a |

Anexo às Demonstrações Financeiras

Referente ao período findo em 30 de junho 2025

INTRODUÇÃO

A constituição do CA Rendimento – Fundos de Investimentos Mobiliários Aberto de Obrigações (OIC) foi autorizada pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários em 07 de junho de 1994, tendo iniciado a sua atividade em 20 de junho de 1994.

O OIC é administrado, gerido e representado pela IM Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A (Sociedade Gestora). As funções de banco depositário são exercidas pelo Caixa Central – Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, CRL.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano de Contas dos Organismos de Investimento Coletivo.

As notas cuja numeração se encontra ausente não são aplicáveis, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das Demonstrações Financeiras anexas.



1. CAPITAL DO OIC

O capital do OIC é constituído por unidades de participação, aberto aos participantes titulares de cada uma das unidades, com um valor inicial de subscrição de mil escudos cada (quatro euros e noventa e nove cêntimos), à data do início do OIC.

O valor da unidade de participação, para efeitos de subscrição é o valor da primeira avaliação subsequente ao dia da subscrição. O preço de reembolso tem como subjacente o mesmo cálculo, tendo como base o valor do património líquido do OIC, do dia seguinte ao do pedido de reembolso.

Durante o período findo em 30 de junho de 2025, o movimento ocorrido no capital do OIC foi o seguinte:

(Valores em Euro)

Descrição	31-12-2024	Subscrições	Resgates	Outros	Resultados do Exercício	30-06-2025
Valor base	82 057 236	16 434 587	(7 648 955)			90 842 869
Diferença p/Valor Base	19 495 057	10 037 771	(4 673 338)			24 859 490
Resultados acumulados	24 497 516			5 439 376		29 936 892
Resultados do período	5 439 376			(5 439 376)	1 992 312	1 992 312
SOMA	131 489 185	26 472 359	(12 322 293)	-	1 992 312	147 631 562
Nº de Unidades participação	16 450 930	3 294 210	(1 532 857)			18 212 283
Valor Unidade participação	7.9929	8.0361	8.0388			8.1062

Em 30 de junho de 2025 existiam 9 032 unidades de participação com pedidos de resgate em curso.

O valor líquido global do OIC, o valor de cada unidade de participação e o número de unidades de participação em circulação foram os seguintes:

	Data	Valor UP	VLGF	Nº UP em circulação
Ano 2025	30-06-25	8.1062	147 631 562	18 212 283
	31-03-25	8.0401	144 035 860	17 914 743
Ano 2024	31-12-24	7.9929	131 489 185	16 450 930
	30-09-24	7.9209	128 372 164	16 206 964
	30-06-24	7.8111	123 789 800	15 848 112
	31-03-24	7.7453	121 761 030	15 720 640
Ano 2023	31-12-23	7.6509	117 196 219	15 318 075
	30-09-23	7.5050	118 045 738	15 729 105
	30-06-23	7.4359	120 234 205	16 169 469
	31-03-23	7.3755	121 975 051	16 537 974

Em 30 de junho de 2025, os participantes do OIC podem agrupar-se de acordo com os seguintes escalões:

Escalões	N.º participantes
UPs ≥ 25%	-
10% ≤ UPs < 25%	-
5% ≤ UPs < 10%	-
2% ≤ UPs < 5%	-
0.5% ≤ UPs < 2%	3
UPs < 0.5%	6 006
TOTAL	6 009



3. CARTEIRA DE TÍTULOS E DISPONIBILIDADES

Em 30 de junho de 2025, esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição dos títulos	(valores em Euro)					
	Preço de aquisição	Mais valias	Menos valias	Valor da carteira	Juros corridos	SOMA
1. VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS						
<i>M.C.O.B.V. Portuguesas</i>						
-Obrigações diversas						
Caixa Eco Montepio Geral Var 25/06/29	3 003 078	3 882	-	3 006 960	1 438	3 008 398
Floene Energias SA 4.875 07/03/28	1 721 115	58 717	-	1 779 832	82 194	1 862 026
Intesa Sanpaolo SPA Float 16/04/27	3 002 603	6 067	-	3 008 670	17 825	3 026 495
Unicredit SPA Float 20/11/28	1 800 030	3 768	-	1 803 798	5 742	1 809 540
	9 526 826	72 434	-	9 599 260	107 199	9 706 459
<i>M.C.O.B.V. Estados Membros UE</i>						
-Títulos dívida Pública						
Bonos Y Oblig Del Estado 0% 31/05/26	997 921	-	(684)	997 237	2 278	999 515
SPGB 2.15% 31/10/25	109 787	278	-	110 065	1 568	111 633
	1 107 708	278	(684)	1 107 302	3 846	1 111 148
-Obrigações diversas						
Abanca Corp Bancaria SA Var 14/02/31	1 298 750	-	(3 313)	1 295 437	15 742	1 311 179
ABN AMRO Bank NV Float 21/01/28	1 600 000	3 056	-	1 603 056	8 329	1 611 385
ABN Amro Bank NV Var 22/09/168	1 545 844	58 460	-	1 604 304	18 795	1 623 099
Amadeus IT Group SA 3.5% 21/03/29	692 230	23 485	-	715 715	6 779	722 494
Arkema Var 21/01/169	1 198 200	-	(12 000)	1 186 200	7 890	1 194 090
Aust & NZ Bank Float 29/10/27	1 800 297	2 817	-	1 803 114	8 227	1 811 341
AXA SA Var 02/12/173	1 006 090	20 370	-	1 026 460	4 411	1 030 871
Banco BPM SPA Var 09/09/30	1 393 644	38 276	-	1 431 920	43 697	1 475 617
Banco Comercial Português Var 24/06/31	2 092 251	-	(1 386)	2 090 865	1 079	2 091 944
Banco de Credito Social Var 13/06/31	1 299 883	2 093	-	1 301 976	2 119	1 304 095
Bank of America Corp Float 28/01/28	3 399 865	-	(511)	3 399 354	16 011	3 415 365
Bank Of Ireland Group Var 01/03/173	1 014 690	-	(7 810)	1 006 880	19 890	1 026 770
Bank Of Nova Scotia Float 06/03/29	2 500 000	-	(1 775)	2 498 225	4 517	2 502 742
Banque Fed Cred Mutuel Float 28/02/28	3 298 289	2 041	-	3 300 330	7 741	3 308 071
BMW Finance NV 2.625% 20/05/28	898 002	3 303	-	901 305	2 654	903 959
BNP Paribas Float 20/03/29	3 500 300	1 520	-	3 501 820	2 687	3 504 507
CA AutoBank SPA IE Float 27/01/28	2 503 250	-	(675)	2 502 575	12 954	2 515 529
CaixaBank SA Float 26/06/29	3 300 170	3 130	-	3 303 300	971	3 304 271
Carlsberg Breweries A/S Float 28/02/27	1 000 000	1 260	-	1 001 260	2 236	1 003 496
Cepsa Finance SA 4.125% 11/04/31	996 404	23 956	-	1 020 360	9 041	1 029 401
CIN - Coporação Industrial do Norte S.A. Float 06/12/26	1 000 000	1 100	-	1 001 100	2 376	1 003 476
Citigroup Inc Float 29/04/29	4 011 600	18 040	-	4 029 640	22 554	4 052 194
Coca-Cola HBC Finance BV 3.125% 20/11/32	400 262	-	(6 098)	394 164	7 603	401 767
Commerzbank AG Float 03/03/28	1 600 680	-	(440)	1 600 240	3 013	1 603 253
Cooperative Rabobank UA Float 16/07/28	3 499 374	-	(949)	3 498 425	20 303	3 518 728
Cooperative Rabobank UA Var 29/12/167	791 150	11 834	-	802 984	101	803 085
Credit Agricole SA 7.25% Var 23/03/73	429 130	2 658	-	431 788	556	432 344
Credit Agricole SA Var 23/12/172	579 065	14 869	-	593 934	460	594 394
CRL Credito Agricola Mut Var 29/01/30	1 496 496	18 669	-	1 515 165	22 644	1 537 809
Danske Bank A/S Float 10/04/29	3 100 000	-	(248)	3 099 752	20 179	3 119 931
DSV Finance BV Float 06/11/26	2 504 050	3 925	-	2 507 975	10 091	2 518 066
EDP SA Var 23/04/83	633 000	4 434	-	637 434	6 643	644 077
El Corte Ingles 4.25% 26/06/31	519 750	-	(2 150)	517 600	233	517 833
Elect de France Var 15/03/169	391 780	2 652	-	394 432	3 371	397 803
Enagas Financiaciones SA 3.625% 24/01/34	299 703	-	(279)	299 424	4 678	304 102
ENEL SPA Var 27/05/72	696 178	24 997	-	721 175	3 097	724 272
Fidelidade Companhia SE Var 04/09/31	510 625	-	(7 525)	503 100	17 408	520 508
Fidelidade Seguros PT Var 29/11/172	218 420	-	(1 994)	216 426	1 359	217 785
Goldman Sachs Group Inc Float 23/01/29	3 405 379	1 421	-	3 406 800	19 157	3 425 957
HSBC Holdings PLC Var 3.313 13/05/30	1 700 000	12 767	-	1 712 767	7 407	1 720 174
Iberdrola Finanzas SAU Var 16/11/170	400 000	-	(14 432)	385 568	3 901	389 469
Iberdrola Intl BV Var 28/04/73	590 640	4 752	-	595 392	1 941	597 333
Intesa Sanpaolo SPA Var 11/07/72	526 250	970	-	527 220	18 048	545 268
JP Morgan Chase & CO Float 06/06/28	3 004 621	1 139	-	3 005 760	5 140	3 010 900
KBC Group NV Var 05/03/74	1 328 700	2 568	-	1 331 268	30 773	1 362 041
Leasys SPA Float 29/01/27	2 302 537	-	(1 249)	2 301 288	11 333	2 312 621
Lloyds Banking Group PLC Float 04/03/28	3 402 460	838	-	3 403 298	6 407	3 409 705



(valores em Euro)

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos valias	Valor da carteira	Juros corridos	SOMA
1. VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS						
<i>M.C.O.B.V. Estados Membros UE</i>						
-Obrigações diversas						
MAGEL 4 A 20/07/59	1 216 380	3 144	-	1 219 525	5 919	1 225 444
Mediobanca DI Cred Var 15/01/31	1 392 958	-	(1 302)	1 391 656	27 386	1 419 042
Mitsubishi HC CAP UK Float 30/04/26	2 400 376	1 136	-	2 401 512	11 736	2 413 248
Morgan Stanley Float 05/04/28	3 001 248	17 232	-	3 018 480	18 607	3 037 087
National Bank of Canada Float 10/03/29	2 500 553	2 897	-	2 503 450	3 901	2 507 351
Nationwide BLDG Society Float 27/01/29	2 400 674	574	-	2 401 248	12 436	2 413 684
Naturgy Finance BV 3.25% 02/10/30	299 580	996	-	300 576	7 239	307 815
Natwest Markets PLC Float 11/06/28	3 100 000	4 278	-	3 104 278	4 180	3 108 458
Nordea Bank ABP Float 21/02/29	4 002 040	3 280	-	4 005 320	12 111	4 017 431
Nykredit Realkredit AS Float 24/01/27	500 000	1 640	-	501 640	2 597	504 237
Nykredit Realkredit AS Var15/04/173	596 940	4 476	-	601 416	5 153	606 569
OMV AG Var 01/09/169	191 284	7 512	-	198 796	4 137	202 933
Pandora A/S 3.875% 31/05/30	1 287 637	44 083	-	1 331 720	4 140	1 335 860
Piraeus Bank SA 3% 03/12/28	398 720	1 292	-	400 012	888	400 900
Royal Bank of Canada Float 13/06/29	2 100 000	1 827	-	2 101 827	2 710	2 104 537
Santander UK Plc Float 24/03/28	2 200 000	2 442	-	2 202 442	966	2 203 408
Servicios Medio Ambiente 3.715% 08/10/31	1 557 980	18	-	1 557 998	41 806	1 599 804
SNAM SPA Float 15/04/26	401 388	-	(956)	400 432	2 262	402 694
Societe Generale Var 14/05/30	1 395 464	13 748	-	1 409 212	6 084	1 415 296
Terna Rete Elettrica 3.5% 17/01/31	496 925	13 150	-	510 075	7 863	517 938
US Bancorp Float 21/05/28	2 000 000	440	-	2 000 440	6 389	2 006 829
Veolia Environnement SA Var 20/04/72	910 000	83 510	-	993 510	4 377	997 887
Volkswagen Fin Serv Float 10/06/27	1 501 415	1 690	-	1 503 105	2 283	1 505 388
Volkswagen Leasing GMBH 3.875% 11/10/28	999 670	27 820	-	1 027 490	27 815	1 055 305
Wells Fargo & Company Float 22/07/28	2 998 380	1 650	-	3 000 030	16 577	3 016 607
Westpac Banking Corp Float 14/01/28	2 100 000	1 554	-	2 101 554	12 393	2 113 947
	117 629 622	551 789	(65 092)	118 116 319	698 505	118 814 823
<i>O.M.Regulamentados Estados UEs</i>						
-Obrigações diversas						
Traton Finance Lux SA Float 21/08/26	1 500 000	2 175	-	1 502 175	4 625	1 506 800
	1 500 000	2 175	-	1 502 175	4 625	1 506 800
<i>M.C.O.B.V. Estados Não Membros UE</i>						
-Obrigações diversas						
Barclays Plc Float 14/05/29	2 300 000	16 123	-	2 316 123	9 726	2 325 849
Toyota Motor Finance BV Float 09/02/27	2 008 700	-	(660)	2 008 040	8 176	2 016 216
UBS Group AG Float 12/05/29	2 701 180	15 992	-	2 717 172	11 459	2 728 631
Zimmer Biomet Holdings 3.518% 15/12/32	1 502 745	-	(11 265)	1 491 480	32 096	1 523 576
	8 512 625	32 115	(11 925)	8 532 815	61 456	8 594 271
3. UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO						
<i>OIC domiciliados em Portugal</i>						
CA MONETARIO	400 000	5 892	-	405 892	-	405 892
IMGMA Money Market - CAT I	6 760 085	247 684	-	7 007 769	-	7 007 769
	7 160 085	253 576	-	7 413 661	-	7 413 661
TOTAL	145 436 865	912 367	(77 701)	146 271 532	875 631	147 147 163



4. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base nos registos contabilísticos do OIC, mantidos de acordo com o Plano de Contas dos Organismos de Investimento Coletivo, estabelecido pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, e regulamentação complementar emitida por esta entidade, no âmbito das competências que lhe estão atribuídas através do Decreto-Lei nº 27/2023, de 28 de abril, o qual aprova o novo Regime da Gestão de Ativos.

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das Demonstrações Financeiras, foram as seguintes:

Especialização de períodos

O OIC regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de períodos, sendo reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. Os juros de aplicações são registados pelo montante bruto na rubrica “Juros e proveitos equiparados”.

Carteira de Títulos e Valorização das unidades de participação

a) O valor da unidade de participação é calculado diariamente nos dias úteis e determina-se pela divisão do valor líquido global do OIC pelo número de unidades de participação em circulação. O valor líquido global do OIC é apurado deduzindo, à soma dos valores que o integram, o montante de comissões e encargos até ao momento da valorização da carteira.

- b) O valor das unidades de participação será calculado às 17.00h, hora portuguesa, sendo este o momento de referência para o cálculo.
- c) Os ativos denominados em moeda estrangeira serão valorizados diariamente utilizando o câmbio indicativo divulgado pelo Banco de Portugal e pelo Banco Central Europeu, com exceção para aqueles cujas divisas não se encontrem cotadas. Neste caso utilizar-se-ão os câmbios difundidos ao meio-dia de Lisboa, por entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código dos valores Mobiliários.
- d) Contam para efeitos de valorização da unidade de participação para o dia da transação as operações sobre os valores mobiliários e instrumentos derivados transacionadas para o OIC e confirmadas até ao momento de referência. As subscrições e resgates recebidos em cada dia (referentes a pedidos do dia útil anterior) contam, para efeitos de valorização da unidade de participação, para esse mesmo dia.

- e) A valorização dos valores mobiliários e instrumentos derivados admitidos à cotação ou negociação em mercados regulamentados será feita com base na última cotação conhecida no momento de referência; não havendo cotação do dia em que se esteja a proceder à valorização, ou não podendo a mesma ser utilizada, designadamente por ser considerada não representativa, tomar-se-á em conta a última cotação de fecho conhecida, desde que a mesma se tenha verificado nos 15 dias anteriores ao dia em que se esteja a proceder à valorização.
- f) Tratando-se de valores representativos de dívida admitidos à negociação num mercado regulamentado, caso os preços praticados em mercado não sejam considerados representativos, podem ser considerados para efeitos de avaliação:
- a. As ofertas de compra firmes ou na impossibilidade de obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, com base na informação difundida através de entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código dos valores Mobiliários.
- g) Quando a última cotação tenha ocorrido há mais de 15 dias, os valores mobiliários e instrumentos derivados são considerados como não cotados para efeitos de valorização, aplicando-se o disposto na alínea seguinte.
- h) A valorização de valores mobiliários e instrumentos derivados não admitidos à cotação ou negociação em mercados regulamentados será feita com base nos seguintes critérios:
- a. As ofertas de compra firmes ou na impossibilidade de obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, com base na informação difundida através de entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código dos valores Mobiliários;
 - b. Modelos teóricos de avaliação, que a Sociedade Gestora considere mais apropriados atendendo às características do ativo ou instrumento derivado. A avaliação pode ser efetuada por entidade subcontratada.
- i) Os valores representativos de dívida de curto prazo serão avaliados com base no reconhecimento diário do juro inerente à operação.
- j) Para efeitos da determinação do custo dos títulos vendidos é utilizado o critério FIFO.

Impostos

O regime fiscal aplicável aos organismos de investimento coletivo (estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 7/2015, de 13 de janeiro, alterado pela retificação nº12/2015, de 11/03), assenta num método de tributação dos RENDIMENTO “à saída”, ou seja, a tributação é essencialmente na esfera dos participantes.

O OIC, ainda assim, encontra-se sujeito à taxa geral de IRC sobre o seu resultado líquido apurado em cada exercício, expurgado, contudo, os RENDIMENTO (e respetivos gastos associados) de capitais, prediais e mais-valias, tal como qualificados para efeitos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (desde que os mesmos não sejam provenientes de entidades com residência ou domicílio em país, território ou região sujeito a um regime fiscal claramente mais favorável constante da lista aprovada por portaria do membro do Governo responsável pela área das finanças, situação em que serão tributados). Não relevam, igualmente, para efeitos de determinação do lucro tributável os RENDIMENTO, incluindo descontos, e gastos relativos a comissões de gestão e outras comissões que revertam para os fundos de investimento mobiliário, bem como os gastos não dedutíveis previstos no artigo 23.º-A do Código do IRC.

No que respeita ao Imposto do Selo, os fundos são tributados em sede deste imposto sobre o valor líquido global dos seus ativos à taxa de 0,0125%, por trimestre.

Desde 1 de janeiro de 2019, passaram a encontrar-se sujeitas a imposto do selo, à taxa de 4% as comissões de gestão e depósito, suportadas pelo fundo e as comissões de subscrição e reembolso, suportadas pelos participantes.



12. EXPOSIÇÃO AO RISCO DE TAXA DE JURO

Em 30 de junho de 2025, os ativos com taxa de juro fixa detidos pelo OIC podem resumir-se da seguinte forma:

(Valores em Euro)

Maturidades	Montante em Carteira (A)	Extrapatrimoniais (B)				Saldo (A)+(B)
		FRA	Swaps (IRS)	Futuros	Opções	
de 0 a 1 ano	7 353 412	-	-	-	-	7 353 412
de 1 a 3 anos	8 214 278	-	-	-	-	8 214 278
de 3 a 5 anos	19 987 284	-	-	(1 764 000)	-	18 223 284
de 5 a 7 anos	5 003 662	-	-	-	-	5 003 662
mais de 7 anos	2 229 444	-	-	-	-	2 229 444

14. EXPOSIÇÃO GLOBAL EM INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

O cálculo da exposição em instrumentos financeiros derivados é efetuado através do método dos compromissos, nos termos do artigo 187º do Decreto-Lei nº 27/2023.

15. CUSTOS IMPUTADOS

Os custos imputados ao OIC durante o período findo em 30 de junho de 2025 apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euro)

Custos	Valor	%VLGF (1)
Comissão de Gestão Fixa	438 620	0.63%
Comissão de Depósito	73 103	0.10%
Taxa de Supervisão	10 313	0.02%
Custos de Auditoria	3 660	0.01%
Imposto de selo sobre o valor do OIC	35 815	0.05%
Outros Custos Correntes	1 959	0.00%
TOTAL	563 470	
TAXA DE ENCARGOS CORRENTES		0.80%

(1) Percentagens calculadas sobre a média diária do valor do Fundo relativa ao período de referência anualizada



i m | g | a |

Relatório de Auditoria

Referente ao período findo em 30 de junho 2025

Relatório de auditoria

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações CA Rendimento (o «OIC») sob gestão da IM Gestão de Ativos, Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A («Entidade Gestora»), que compreendem o Balanço em 30 de junho de 2025 (que evidencia um total de 147 816 024 euros e um total de capital do OIC de 147 631 562 euros, incluindo um resultado líquido de 1 992 312 euros), a Demonstração dos resultados, a Demonstração dos fluxos de caixa relativas ao período de seis meses findo naquela data, e o Anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações CA Rendimento, gerido pela IM Gestão de Ativos, Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. em 30 de junho de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período de seis meses findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os Organismos de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes do OIC nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão da Entidade Gestora é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do OIC de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os Organismos de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários;
- elaboração do Relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do OIC de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização da Entidade Gestora é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do OIC.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade Gestora do OIC;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão da Entidade Gestora do OIC;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão da Entidade Gestora do OIC, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do OIC para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o OIC descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- comunicamos com os encarregados da governação da Entidade Gestora do OIC, incluindo o órgão de fiscalização da Entidade Gestora do OIC, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

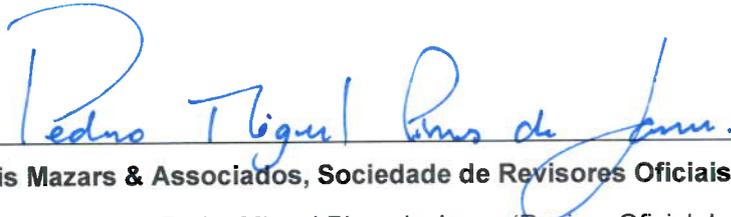


Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o Relatório de gestão

Em nossa opinião, o Relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o OIC, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 27 de agosto de 2025



Forvis Mazars & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A

Representada por Pedro Miguel Pires de Jesus (Revisor Oficial de Contas n.º 1930 e registado na CMVM com o n.º 20190019)